

## Ainda sôbre o papel da Geografia no Ensino Médio

NILO BERNARDES

Geógrafo do CNG

Hoje em dia está sempre na ordem do dia a discussão nos meios geográficos sôbre a melhor maneira de se conferir a ciência geográfica um papel mais importante na contribuição imediata para o conhecimento e prognóstico dos problemas econômicos e sociais contemporâneos. Várias correntes geográficas insistem em que as pesquisas devem ter, cada vez mais, êste sentido, e que devem aprimorar o procedimento técnico que venha a conferir ao cultivo da Geografia moderna o caráter de exercício de uma profissão de geógrafos. Não cabe aqui insistir nesta ordem de idéias, tão importante ela se apresenta, tão discutida ela vem sendo quanto aos modos de ser posta em prática. O que interessa agora evidenciar é a necessidade de se coadunar êste sentido da Geografia com a maneira de ministrar a mesma disciplina no ensino médio.

Os pedagogos e os especialistas na didática da Geografia insistem, com tôda a razão, na importância do papel formativo que deve caber à disciplina geográfica no ensino médio, sem nenhum desprezo pela sua contribuição informativa. A nosso ver é, mesmo, no sentido formativo da Geografia que deve estar o cerne dos programas e é êle que deve dar o módulo para as sucessivas adaptações dos programas e dos próprios planos de cursos dos mestres.

Entre nós sem que se possa compreender bem porque, sùbitamente a Geografia sofreu um enorme resvalo no curso secundário, da posição apresentada nos currículos mínimos que vieram a ser fixados em consequência da Lei de Diretrizes e Bases. Não cabe aqui demonstrar, argumento por argumento, porque deve ser modificada esta posição a fim de que a Geografia possa dar cumprimento ao que nós consideramos a sua grande missão na formação da juventude brasileira. Considero, porém, que a redução do ensino da Geografia de sete séries para sômente três (nos currículos obrigatórios) resultou, em grande parte, do desconhecimento generalizado do que é a moderna disciplina geográfica, considero que a melhor maneira de se modificar a situação é realizar uma campanha constante de esclarecimento. Mostrar, por exemplo, que se o padrão para julgamento do valor da disciplina foi a maior freqüência de resultados negativos do que positivos no ensino da mesma, isto foi fruto, exatamente, de uma situação que a nova legislação pretende corrigir. Mostrar que a renovação do ensino desta matéria é mais lenta do que as demais, em consequência de uma situação dominante em passado recente, quando o caráter informativo era exclusivo e, professores improvisados achavam que "informar" era fazer memorizar listas imensas de acidentes ou de produtos agrícolas ordenados segundo o volume obtido.

Por outro lado devemos insistir junto a alguns setores do próprio magistério secundário, daqueles setores que resistem à atualização metodológica, quanto à parcela de culpa que lhes cabe no desprestígio em que vai caindo o conceito da Geografia. Pensando em contribuir para êste esclarecimento geral, ocorre-me retomar algumas passagens de discurso pronunciado em agosto de 1963, na ocasião em que tomava posse da cátedra de Geografia do Colégio Pedro II.

Acentuava, naquela ocasião, que a pesquisa geográfica no Brasil modernizou-se rapidamente e avançou em largos passos, ao mesmo tempo que o trabalho de alguns pioneiros resultava em renovações metodológicas do ensino, muitos anos antes de terem sido criados os primeiros cursos para a formação de professores nas universidades de São Paulo e do então Distrito Federal. É verdade que hoje em dia se verificam resultados apreciáveis na modificação dos processos de ensino da Geografia. Não obstante, esta modificação não progrediu harmonicamente e está ainda muito aquém do que seria de esperar, depois de transcorrido mais de um quarto de século do início dos cursos universitários de Geografia para a formação de pesquisadores e professores. Em muitos setores, a inclinação das comodidades da rotina — esta antítese do espírito renovador — faz com que muitos mestres se apeguem, aferradamente, às modalidades antiquadas e contraproducentes de transmissão das noções geográficas.

Não vem ao caso caracterizar e denunciar aqui a verdadeira contrafação do ensino da Geografia, baseada na memorização pura que, enfadonha, gera, no educando, hostilidade pela disciplina. Nem é especificamente a ela que desejo agora me referir, uma vez que, pelo menos em teoria, já está plenamente repudiada. Mais depressa desapareceria se, mais efetivamente, fôsem conferidos aos programas motivos centrais de real interesse para problemas nacionais e internacionais de nossa época. Acredito, mesmo, ser em virtude da falta de focalização de objetivos como estes nos programas, que, muitas vezes, até mesmo mestres empenhados em aplicar o espírito explicativo da geografia, mas preocupados em atender a amplos propósitos informativos, resvalam para um árido arrolamento de temas, quando não procuram se salvar por uma espécie de enciclopedismo geográfico.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, rompida a estrutura monolítica da uniformidade dos programas, muitas experiências interessantes podem ser tentadas no sentido de fazer da geografia um verdadeiro instrumento de elaboração da mentalidade do educando que melhor se coadune, não somente com a sua época, mas, como não poderia deixar de ser, com a sua região.

Nossa matéria se presta, sem dúvida, a uma multiplicidade de assuntos capazes de constituir tema central de um conjunto de fatos que o cidadão mediano de nossos dias não pode ignorar, de atitudes de espírito que ele não pode dispensar. Um destes temas tem sido muito focalizado e, se aprimorado em seu tratamento, revela-se de grande alcance: é o da melhor conveniência internacional, e mesmo nacional, através da correta e interessada compreensão da pluralidade e complementaridade dos quadros naturais e culturais na superfície do globo.

Reconhecemos como orientação mais adequada ao ensino da geografia aquela que dela faz, realmente, um instrumento de educação, aquela que se desenvolve no sentido da melhor integração do indivíduo e das comunidades no meio em que existem. Parece axiomático, parece óbvio tal enunciado, pois constitui a essência mesma da moderna geografia a compreensão das relações entre o homem e o seu ambiente.

Mas quando dizemos *meio* não cogitamos somente das condições físicas e biológicas, componentes do chamado quadro natural. A idéia fixa pela determinação do grau de influência destes fatores sobre os grupos humanos é que levou, noutros tempos, ao culto do estreito determinismo geográfico, fase do pensamento científico ora em franca obsolescência não obstante os ranços que ainda permanecem.

Compondo o meio devemos, também, considerar as transformações culturais da superfície da Terra praticadas pelo homem, longrando-se, assim, a compreensão global do espaço em que o homem habita, circula e do qual obtém o necessário à sua subsistência e ao seu bem estar.

Assim compreendida, a geografia nos leva a duas ordens de idéias.

Ali onde o homem, pelos séculos de evolução cultural ou por uma invulgar convergência de fatores, criou uma sociedade de notável desenvolvimento material e espiritual, evidenciaram-se, muitas vezes, erros decorrentes da defeituosa organização do espaço, desencontros entre o progresso econômico e social e a criação material do *habitat* humano. Nesta situação se encontram, atualmente, muitos dos países europeus, que, através de planejamentos, perseguem soluções para o bem estar econômico e social de seus habitantes.

É assim, pela imposição de tais problemas, que a Geografia, desde o após guerra, vem-se orientando no sentido de se tornar uma ciência da organização do espaço e, além de uma ciência, também uma técnica, em suas diversas modalidades de aplicação. O homem se apercebe, agora, que pode refazer, deliberadamente, a geografia de um país.

Dêste modo, geógrafos dos mais renomados da atualidade preferem aceitar a compreensão da organização do espaço como sendo o escopo fundamental da Geografia moderna.

Nos países ainda não satisfatoriamente desenvolvidos, os chamados subdesenvolvidos, em cujo número ainda infelizmente nos alinhamos, o problema da organização do espaço em favor das comunidades se confunde, também, com o próprio conhecimento e a melhor mobilização de seus recursos naturais e humanos. As preocupações se somam, portanto. Subdesenvolvimento é o grande problema. Insistir em suas bases geográficas, formar uma mentalidade para vencê-lo racionalmente, merecem ser preocupações fundamentais. Porque não expressá-las na aplicação de uma parte de nossos programas? É claro que, nesta como em outras orientações já ensaiadas, o perigo do exagêro leva a deformações e exige certa cautela.

Assim, a par de uma atitude passiva, em que o espírito científico conduz ao correto entendimento da geografia como uma ciência de correlação, pela qual se procura explicar os diferentes modos de vida nos ambientes mais diversos, há lugar, também, para uma *atitude ativa* na formulação da mentalidade geográfica.

Neste particular a geografia, pela sua natureza, tem a desempenhar um papel muito especial no corpo das diversas disciplinas. Não sendo uma ciência social pura e não estando, propriamente, no campo das ciências naturais, objetiva ela compreender, justamente, como os fatos diversos, físicos, biológicos, econômicos e sociais se arranjam em combinações distintas e complexas, caracterizando as diversas regiões. O pensamento geográfico mais legítimo há muito refutou a idéia de que o ser humano é uma figura meramente passiva nesta combinação de fatos. Ele é também um agente. É, por vezes, o agente mais ativo. Quanto mais armado pela técnica, mais importante se torna o homem como agente geográfico. Daí, então, esta outra noção muito atual da geografia, de que as técnicas, sobretudo técnicas de saneamento, de produção, de circulação, de arranjo local e regional, constituem capítulo fundamental no estudo das relações do homem com o meio; do homem com o espaço.

A formação de uma mentalidade realmente geográfica deve, pois, ser conduzida neste sentido. Sobretudo se tais noções forem devidamente acompanhadas pela aplicação de um dos princípios fundamentais da nossa ciência, o da comparação.

Para o cidadão do Brasil, é indiscutível a necessidade de uma mentalidade geográfica, de uma mentalidade geográfica realmente ativa. País de uma proporção verdadeiramente continental, como se tem dito, nêle pesam os problemas que os erros do passado acumularam nas áreas de ocupação antiga e nêle avultam problemas derivados do verdadeiro desafio oferecido pelas regiões debilmente ocupadas.

Força é reconhecer que muitos dos responsáveis pelos destinos do país não tiveram a formação geográfica desejável, por falha da orientação anti-

quada e por vezes contraproducente, que receberam no curso secundário. Contudo, pelo menos a consciência regional dos nossos problemas se veio impondo. Observe-se a iniciativa dos constituintes de 1946 legislando sobre a aplicação regular de recursos no desenvolvimento econômico e social de algumas de nossas regiões de condições mais críticas.

O planejamento regional é instrumento irrecusável de nossa época, objetivando tanto a pura reorganização do espaço como a mobilização dos recursos e as reformas das estruturas para o desenvolvimento.

Na Grã-Bretanha, que cedo despertou para o *physical planing*, o sentido do espaço impôs a contribuição básica da Geografia. Fato que levou um de seus mais destacados líderes na obra de reconstrução do após guerra a afirmar que a *Geografia é a ciência da qual o planejamento territorial é a arte*.

Não estamos postulando um primado das noções geográficas sobre todas as demais que devem constituir, corporificadas, a formação do indivíduo para a sociedade complexa de agora e do futuro. Reclamamos, apenas, que não nos distancieemos dos demais povos na dosagem dos conhecimentos que devam integrar a formação dos nossos jovens. Jovens que participarão, futuramente, de decisões fundamentais na administração pública e no mundo dos negócios; ou como simples cidadãos, nem por isso estarão dissociados do processo de desenvolvimento do país.

Lembro, agora, esta verdade tão simples de que o ensino de uma ciência deve acompanhar, na medida do possível, as tendências que o pensamento metodológico desta ciência vier apresentando.

O desenvolvimento da geografia, no passado, refletindo os resultados das descobertas de novas terras e novos povos e influenciado pelos relatos dos viajantes, fase que de certo modo se prolongou até o nosso século, conduziu a uma predileção pela descrição dos aspectos naturais extasiantes, do exotismo dos diversos povos, das paisagens ainda não conhecidas, dos gêneros de vida curiosos. De certo modo, esta tendência se filtrou e constitui uma técnica proveitosamente aplicada por muitos daqueles mestres mais desejosos de tornar o ensino agradável e racional.

Porém, dentro das tendências recentes da geografia, há outras fontes de motivação valiosas e, mais do que isso, há temas para estruturação dos nossos programas.

A aplicação ativa dos conhecimentos geográficos, com efeito, não se tem limitado a planejamentos regionais. Por toda a parte, nos países em que o florescimento das pesquisas chegou a um grau desejável, a geografia tem sido utilizada sob as mais diversas modalidades. Estudos de redes urbanas, para melhor coordenação dos serviços e da circulação; mapeamento do uso da terra e estudos de geografia agrária visando reformas das estruturas agrárias; estudos regionais objetivando localização industrial, pesquisas geomorfológicas para controle de erosão e prevenção de catástrofes; contribuição aos estudos de conservação dos recursos naturais renováveis, buscando alternativas favoráveis para contornar o desequilíbrio que se avizinha entre o crescimento demográfico e a espoliação desenfreada das possibilidades do solo, água, vegetação e fauna oferecidas pela natureza; são algumas das tantas contribuições singulares que tem sido oferecidas pela nossa ciência.

Onde quer que as relações do homem com o meio possam ser corrigidas ou melhoradas para maior proveito dos grupos humanos, impõe-se, sempre, a aplicação de uma mentalidade realmente geográfica, a qual merece e deve ser modelada no próprio curso secundário. Modelada, diga-se, de acordo com a realidade regional e nacional.

Infelizmente, ainda persiste na nossa exemplificação didática, forte dose de noções exóticas, frutos de uma cultura livresca que veio adaptando conceitos, classificações e exemplos colhidos nos fontes bibliográficas dos países de

latitude média. Tais noções foram originalmente elaboradas, mercê mesmo do florescimento precoce da ciência geográfica naquelas regiões. Nem sempre se atenta para a realidade de que nosso país apresenta uma natureza essencialmente tropical e de que a ocupação humana nêle processada, de cunho original, é o resultado predominante do impacto de uma cultura de fundo europeu sôbre uma parte do mundo tropical.

Uma salutar reação aos esquemas pré-estabelecidos na interpretação geográfica desta faixa do globo, levou o processo de uma verdadeira Geografia Tropical, orientação metodológica que já apresentou seus frutos nas pesquisas entre nós realizadas nos últimos anos.

Sem pessimismo nem ufanismo nosso educando deve, então, ser insistentemente conduzido à compreensão da realidade em causa, tanto pelo estudo direto de nossas características e de nossos problemas, como também, através do conhecimento da maneira pela qual a humanidade organizou política, econômica e socialmente tôda a superfície do globo.

Evitaremos, assim, que já adulto e carregado de responsabilidade, êle venha a se defrontar com a necessidade de rever conceitos tão simples que já deveriam estar incorporados à sua formação. Que venha a compreender sômente mais tarde noções básicas como a de que nossos solos se degradam com facilidade bem maior que os dos países de clima temperado; ou que a natureza de certas áreas requer, para sua melhor utilização, que se desenvolvam novos estilos de ocupação, com emprêgo de técnicas especiais de produção e não a adoção pura e simples daquelas que se revelaram excelentes em outras partes do país ou do globo.

Cabe aqui uma observação de valor não menor do que as anteriormente apresentadas.

É necessário insistir que a atitude de espírito a que nos referimos pode e deve ser pedagogicamente inculcada mediante os dois planos que nossa ciência apresenta: o Geografia Geral ou Sistemática e a Geografia Regional. Esta, objetivo fundamental para o entendimento das combinações dos fatos revelados pelos complexos regionais, só poderá ser satisfatoriamente compreendida se amparada nas noções básicas oferecidas pelo estudo singular dos mesmos fatos, bem como nas técnicas de sua análise, que a Geografia Geral comporta.

Passo a passo, nossa ciência tem progredido mediante a contribuição mútua dos estudos sistemáticos e dos estudos regionais. Compreendamos que, por conseguinte, sua aplicação pedagógica, dificilmente se poderá fazer de outra maneira.

Tais são, sumariamente expostas, as considerações que me ocorrem quando procuro melhor definir a idéia, de início focalizada, de que devemos desenvolver uma *atitude ativa* nas noções geográficas a serem ministradas.

Que nossas lições, fugindo do academicismo puro, tenham, sempre, a verdadeira função da educação que é a de preparar o jovem para sua missão na sociedade. Se, juntamente com as noções fundamentais inculcadas pelas outras disciplinas, o jovem adquirir, através da Geografia, a visão clara de como, dentro do espaço que habita e circula, se harmonizam — e, sobretudo, *como devem se harmonizar* — a natureza, as atividades econômicas e a organização social, estará êle verdadeiramente equipado para desempenhar papel ativo na comunidade.